

**BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, S.A.**

**Demonstrações Financeiras Individuais**

**Exercício 2010**

## Índice

### Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2010.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2010.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2010.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
4. Activos fixos tangíveis.....	15
5. Activos intangíveis.....	16
6. Participações financeiras – outros métodos.....	16
7. Outros activos financeiros.....	16
8. Inventários.....	16
9. Clientes.....	17
10. Adiantamentos a fornecedores.....	17
11. Estado e outros entes públicos.....	17
12. Accionistas e Sócios.....	18
Os movimentos verificados em accionistas ou sócios durante os exercícios de 2010 e 2009, apresentavam os seguintes saldos:.....	18
13. Outras contas a receber.....	18
14. Diferimentos.....	18
15. Caixa e depósitos bancários.....	18
16. Capital realizado.....	19
17. Outros instrumentos de capital próprio.....	19
18. Reserva legal.....	19
19. Resultados transitados.....	19
20. Provisões.....	19
21. Financiamentos obtidos.....	19
22. Outras contas a pagar.....	20
23. Fornecedores.....	20
24. Vendas e prestações de serviços.....	20
25. Custo das vendas.....	21
26. Fornecimentos e serviços externos.....	21
27. Gastos com o pessoal.....	21
28. Outros rendimentos e ganhos.....	22
29. Outros gastos e perdas.....	22
30. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	22
31. Resultados financeiros.....	22
32. Eventos subsequentes.....	23
33. Informações exigidas por diplomas legais.....	23

**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

**BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, S.A.**  
**Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2010**  
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.10</u>	<u>31.Dez.09</u>
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	4	1.595.350,44	360.305,70
Activos intangíveis	5	958,38	-
Participações financeiras - outros métodos	6	32.584,35	20.000,00
Accionistas / sócios		-	-
Outros activos financeiros	7	30.000,00	-
Total dos Activos Não Correntes		<u>1.658.893,17</u>	<u>380.305,70</u>
Inventários	8	464.580,88	207.820,35
Clientes	9	976.160,90	945.617,44
Adiantamentos a fornecedores	10	4.398,62	7.501,20
Estado e outros entes públicos	11	115.009,50	34.738,93
Accionistas / sócios	12	-	9.797,35
Outras contas a receber	13	123.709,63	50.711,26
Diferimentos	14	46.645,93	53.611,96
Caixa e depósitos bancários	15	453.796,54	651.595,97
Total dos Activos Correntes		<u>2.184.302,00</u>	<u>1.961.394,46</u>
		<u>3.843.195,17</u>	<u>2.341.700,16</u>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital realizado	16	90.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	17	-	40.000,00
Reservas legais	18	10.000,00	10.000,00
Outras reservas		1.256.733,45	636.184,76
Resultados transitados		-	-
Resultado líquido do exercício		421.600,67	682.448,69
Interesses minoritários		-	-
Total dos Capitais Próprios		<u>1.778.334,12</u>	<u>1.418.633,45</u>
<b>Passivo</b>			
Provisões	20	15.048,33	-
Financiamentos obtidos	21	894.250,33	49.816,68
Outras contas a pagar	22	-	717,67
Total dos Passivos Não Correntes		<u>909.298,66</u>	<u>50.534,35</u>
Fornecedores	23	800.100,80	575.211,67
Adiantamento de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	11	10.188,96	85.295,94
Accionistas / sócios	12	9.166,04	1.563,61
Financiamentos obtidos	21	109.156,64	7.438,70
Outras contas a pagar	22	226.949,95	203.022,44
Diferimentos		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Total dos Passivos Correntes		<u>1.155.562,39</u>	<u>872.532,36</u>
Total do Passivo		<u>2.064.861,05</u>	<u>923.066,71</u>
		<u>3.843.195,17</u>	<u>2.341.700,16</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Ermesinde, 30 de Março de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

# BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, S.A.

## Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.10</u>	<u>31.Dez.09</u>
Vendas de mercadorias	24	4.020.400	4.771.660
Prestação de serviços	24	51.088	48.985
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(2.626.798)	(3.265.553)
Fornecimentos e serviços externos	26	(715.741)	(606.047)
Gastos com o pessoal	27	(258.828)	(200.055)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-	(2.275)
Provisões (aumentos/reduções)	20	(15.048)	-
Outros rendimentos e ganhos	28	309.014	320.665
Outros gastos e perdas	29	(19.749)	(30.657)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<u>744.338</u>	<u>1.036.724</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	(92.580)	(77.005)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<u>651.758</u>	<u>959.719</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	31	4.030	4.733
Juros e gastos similares suportados	31	(22.584)	(16.356)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<u>633.204</u>	<u>948.096</u>
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(211.604)</u>	<u>(265.647)</u>
<b>Resultado líquido do período</b>		<u>421.601</u>	<u>682.449</u>
Resultado por acção básico		<u>-</u>	<u>-</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Ermesinde, 30 de Março de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

Entidade: BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO em Dezembro DE 2010

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dezembro 2010	Dezembro 2009
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		4.343.161,97	5.388.699,09
Pagamentos a fornecedores		3.353.992,57	4.156.176,37
Pagamentos ao pessoal		240.928,12	193.793,68
Caixa gerada pelas operações		748.241,28	1.038.729,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		296.732,08	395.313,61
Outros recebimentos/pagamentos		(144.012,53)	21.431,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		307.496,67	664.846,69
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		1.316.326,50	122.405,41
Activos intangíveis		1.437,50	
Investimentos financeiros		42.584,35	
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		947,93	416,67
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.939,48	7.371,17
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		2.312,34	4.733,11
Dividendos		1.718,00	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1.352.430,60)	(109.884,46)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		946.151,59	33.896,54
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		40.000,00	
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			2.396,15
Juros e gastos similares		22.584,38	16.356,12
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		40.000,00	
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		923.567,21	15.144,27
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		(121.366,72)	570.106,50
		651.595,97	145.393,53
		453.796,54	651.595,97

O Técnico Oficial de Contas

NIF/ Matrícula  
503 270 520

ADMINISTRADOR

## BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, S.A.

### Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2010

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Posição no Início do Período 2010</b>	1	<b>Notas</b>	50.000	10.000	636.185	-	40.000	682.449	1.418.633
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	620.549	-	-	(642.449)	(21.900)
	2		-	-	620.549	-	-	(642.449)	(21.900)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3							421.601	421.601
<b>Resultado Integral</b>	4 = 2 + 3							(220.848)	399.701
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			40.000	-	-	-	(40.000)	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-
	5		40.000	-	-	-	(40.000)	(40.000)	(40.000)
<b>Posição no Fim do Período 2010</b>	6 = 1 + 2 + 3 + 5		90.000	10.000	1.256.733	-	-	421.601	1.778.334

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

*Ermesinde, 30 de Março de 2011*

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

## BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, S.A.

### Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2009

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Posição no Início do Período 2009</b>	1	<b>Notas</b>	50.000	10.000	133.307	-	40.000	566.777	800.085
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	502.877	-	-	(526.777)	(23.900)
	2		-	-	502.877	-	-	(526.777)	(23.900)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3							682.449	682.449
<b>Resultado Integral</b>	4 = 2 + 3							155.671	658.549
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
<b>Posição no Fim do Período 2009</b>	6 = 1 + 2 + 3 + 5		50.000	10.000	636.185	-	40.000	682.449	1.418.633

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

*Ermesinde, 30 de Março de 2011*

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

## **BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, S.A.**

### **Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

(Valores expressos em euros)

#### **1. Nota introdutória**

A Empresa BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, SA, foi constituída em 1994 , tem a sua sede na Rua das Macieiras, 497 em Ermesinde. A Empresa tem como actividade principal o Comércio de Pneus e de Peças para máquinas Industriais.

#### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

##### a) Referencial Contabilístico

Em 2010 as demonstrações financeiras da *BOMPISO* foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) como não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, não são colocadas notas com relevo.

##### b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

##### c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” (Nota 18).

##### d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

##### e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da BOMPISO são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transacções.

#### 3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<b>Anos de vida útil</b>
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

### 3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.5. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria colectável até 12.500 Euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que,

dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado.

### 3.6. Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

### 3.7. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

### 3.8. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o activo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

### 3.9. Activos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes activos são classificados como “activos não correntes”, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.11. Capital social

As acções\ ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.12. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.14. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.15. Loações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.16. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.17. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.18. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

#### 4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2010 e de 2009 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2009						
	Saldo em 01-Jan-09	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-09
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	31.266	-	-	-	-	31.266
Edifícios e outras construções	179.101	17.352	-	-	-	196.453
Equipamento básico	151.489	23.169	-	-	-	174.657
Equipamento de transporte	143.265	15.146	(4)	-	-	158.406
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	91.678	17.726	-	-	-	109.404
Outros activos fixos tangíveis	33.449	11.452	-	-	-	44.901
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>630.248</u>	<u>84.844</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>715.088</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	32.464	10.753	-	-	-	43.217
Equipamento básico	90.548	17.433	-	-	-	107.981
Equipamento de transporte	69.141	32.726	(4)	-	-	101.863
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	64.166	11.431	-	-	-	75.597
Outros activos fixos tangíveis	21.462	4.661	-	-	-	26.124
	<u>277.781</u>	<u>77.005</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>354.782</u>
31 de Dezembro de 2010						
	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-10
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	31.266	-	-	-	-	31.266
Edifícios e outras construções	196.453	-	-	-	-	196.453
Equipamento básico	174.657	42.760	-	-	-	217.418
Equipamento de transporte	158.406	51.656	(16.896)	-	-	193.167
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	109.404	14.916	-	-	-	124.320
Outros activos fixos tangíveis	37.888	5.225	-	-	-	43.113
Investimentos em curso	-	1.224.238	-	-	-	1.224.238
	<u>708.075</u>	<u>1.338.796</u>	<u>(16.896)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.029.975</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	60.650	10.753	-	-	-	71.404
Equipamento básico	90.548	23.534	-	-	-	114.082
Equipamento de transporte	101.863	39.361	(5.245)	-	-	135.979
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	75.597	12.744	-	-	-	88.341
Outros activos fixos tangíveis	19.111	5.708	-	-	-	24.819
	<u>347.769</u>	<u>92.101</u>	<u>(5.245)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>434.625</u>

## 5. Activos intangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2010					Saldo em 31-Dez-10
	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
<b>Custo</b>						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	-	1.438	-	-	-	1.438
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>1.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.438</u>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	-	(479)	-	-	-	(479)
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>(479)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(479)</u>

## 6. Participações financeiras – outros métodos

### Em 31 de Dezembro de 2010

A Empresa detém uma participação de 20.000 Euros na Empresa Megamundi, e 12.584.30 de Acções da Conduril as quais se encontram contabilizadas ao custo de Aquisição.

### Em 31 de Dezembro de 2009

A Empresa detém uma participação de 20.000 Euros na Empresa Megamundi.

## 7. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 a empresa subscreveu 30.000 Euros de empréstimos obrigacionistas, que foram considerados activos não correntes.

## 8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Mercadorias	464.581	207.820
Materias primas subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	<u>464.581</u>	<u>207.820</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u>464.581</u>	<u>207.820</u>

## 9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<b>31-Dez-10</b>		<b>31-Dez-09</b>	
	<b>Não corrente</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Corrente</b>
<b>Clientes</b>				
Clientes conta corrente	-	950.611	-	937.959
Clientes conta títulos a receber	-	997	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	114.236	-	99.617
	-	<b>1.065.844</b>	-	<b>1.037.575</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(89.683)	-	(91.958)
	-	<b>976.161</b>	-	<b>945.617</b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

<b>Perdas por imparidades</b>	<b>31-Dez-10</b>	<b>31-Dez-09</b>
Saldo a 1 de Janeiro	91.958	89.683
Aumento	-	2.275
Reversão	-	-
Regularizações	(2.275)	-
	<b>89.683</b>	<b>91.958</b>

## 10. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efectuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

## 11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<b>31-Dez-10</b>	<b>31-Dez-09</b>
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	7.546	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	107.464	34.739
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>115.010</b>	<b>34.739</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	77.583
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2.180	1.643
Segurança Social	8.009	6.065
Outros impostos e taxas	-	5
	<b>10.189</b>	<b>85.296</b>

## 12. Accionistas e Sócios

Os movimentos verificados em accionistas ou sócios durante os exercícios de 2010 e 2009, apresentavam os seguintes saldos:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Activo</b>				
Detalhe 1	-	-	-	9.797
Detalhe 2	-	-	-	-
Outros saldos devedores	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.797</u>
<b>Passivo</b>				
Detalhe 1	-	9.166	-	1.564
Detalhe 2	-	-	-	-
Outros saldos credores	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>9.166</u>	<u>-</u>	<u>1.564</u>

## 13. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	123.710	-	50.711
	<u>-</u>	<u>123.710</u>	<u>-</u>	<u>50.711</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>123.710</u>	<u>-</u>	<u>50.711</u>

## 14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
<b>Diferimentos ( Activo)</b>		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	2.529	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	44.116	53.612
	<u>46.646</u>	<u>53.612</u>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

## 15. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

**BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, SA**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de Dezembro de 2010**

	<b>31-Dez-10</b>	<b>31-Dez-09</b>
Caixa	6.955	9.946
Depósitos à ordem	12.579	15.213
Depósitos à prazo	434.262	626.437
(...)	-	-
Outras	-	-
	<b>453.797</b>	<b>651.596</b>

#### 16. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 90.000 acções com o valor nominal de 1.00 euros cada.

##### Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

Não existem pessoas colectivas com uma participação no capital social superior a 20%.

#### 17. Outros instrumentos de capital próprio

O saldo desta rubrica integra prestações suplementares em Dezembro de 2009, que em 2010 foram levantadas.

#### 18. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

#### 19. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de Março de 2011, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício tivesse a seguinte aplicação: Para Fundo de Reserva Legal 8.000€ ; para Fundo de Reserva Livre 363.600.64; distribuição aos accionistas 50.000€ .

#### 20. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 009, foi o seguinte:

	<b>31-Dez-10</b>	<b>31-Dez-09</b>
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Reforço no período (i)	15.048	-
Reduções no período (ii)	-	-
Utilizações (iii)	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	<b>15.048</b>	<b>-</b>

i) 9.780.00 € destinadas a indemnizações para cessações de contratos de trabalho ao pessoal e 5.268.33€ para outros devedores e credores

#### 21. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

**BOMPISO COMERCIO DE PNEUS, SA**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de Dezembro de 2010**

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Loações financeiras	851.970	97.790	49.817	7.439
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos	42.281	11.367	-	-
	<b>894.250</b>	<b>109.157</b>	<b>49.817</b>	<b>7.439</b>

## 22. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remun. A Pagar	-	10.293	-	-
Credores forn.imobiliz	-	175.887	-	173.933
Outras contas a pagar	-	40.770	-	29.807
	-	<b>226.950</b>	-	<b>203.740</b>

## 23. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Fornecedores conta corrente	795.702	575.212
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	4.399	-
	<b>800.101</b>	<b>575.212</b>

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
<b>Fornecedores</b>				
Fornecedores conta corrente	795.702	-	575.212	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	4.399	-	-	-
	<b>800.101</b>	<b>-</b>	<b>575.212</b>	<b>-</b>

## 24. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2010 e de 2009 foram como segue:

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	962.639	3.057.761	4.020.400	918.421	3.853.239	4.771.660
Prestação de serviços	51.023	65	51.088	48.876	109	48.985
	<b>1.013.662</b>	<b>3.057.826</b>	<b>4.071.488</b>	<b>967.298</b>	<b>3.853.347</b>	<b>4.820.645</b>

## 25. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, é detalhado como segue:

	31-Dez-10		31-Dez-09			
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	-	207.820	207.820	-	168.657	168.657
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	-	2.883.559	2.883.559	-	3.304.716	3.304.716
Custo de vendas	-	(2.626.798)	(2.626.798)	-	(3.265.553)	(3.265.553)
Saldo final em 31 de Dezembro	-	<b>464.581</b>	<b>464.581</b>	-	<b>207.820</b>	<b>207.820</b>

## 26. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Subcontratos	141.388	128.372
Serviços especializados	121.919	115.116
Materiais	159.497	72.455
Energia e fluídos	23.584	14.772
Deslocações, estadas e transportes	202.650	198.110
Serviços diversos (*)	66.702	77.223
Despesas representação	31.676	35.647
Rendas e alugueres	19.267	17.844
Comunicação	7.284	10.494
	<b>715.741</b>	<b>606.047</b>

## 27. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Remunerações dos órgãos sociais	53.080	39.500
Remunerações do pessoal	137.821	107.333
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	37.876	28.268
Seguros	1.177	948
Gastos de acção social	10.827	9.278
Outros gastos com pessoal	18.047	14.728
	<b>258.828</b>	<b>200.055</b>

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2010 foi [11] e no exercício de 2009 [10].

## 28. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	<b>31-Dez-10</b>	<b>31-Dez-09</b>
Rendimentos suplementares	300.002	309.661
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.125	2.825
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	2.939	7.371
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	948	417
Outros rendimentos e ganhos	-	391
	<b>309.014</b>	<b>320.665</b>

## 29. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	<b>31-Dez-10</b>	<b>31-Dez-09</b>
Impostos	8.120	25.087
Descontos de pronto pagamento concedidos	35	45
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	3.393	-
Outros gastos e perdas	8.202	5.525
	<b>19.749</b>	<b>30.657</b>

## 30. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<b>31-Dez-10</b>			<b>31-Dez-09</b>		
	<b>Gastos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Total</b>	<b>Gastos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Total</b>
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	92.101	-	92.101	77.005	-	77.005
Activos intangíveis	479	-	479	-	-	-
	<b>92.580</b>	<b>-</b>	<b>92.580</b>	<b>77.005</b>	<b>-</b>	<b>77.005</b>

## 31. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2010 e de 2009, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2.312	4.733
Dividendos obtidos	1.718	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>4.030</u>	<u>4.733</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	(18.614)	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.970)	(16.356)
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>(22.584)</u>	<u>(16.356)</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u>(18.554)</u>	<u>(11.623)</u>

### 32. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

### 33. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2010, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2010.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Técnico Oficial de Contas

O ADMINISTRADOR